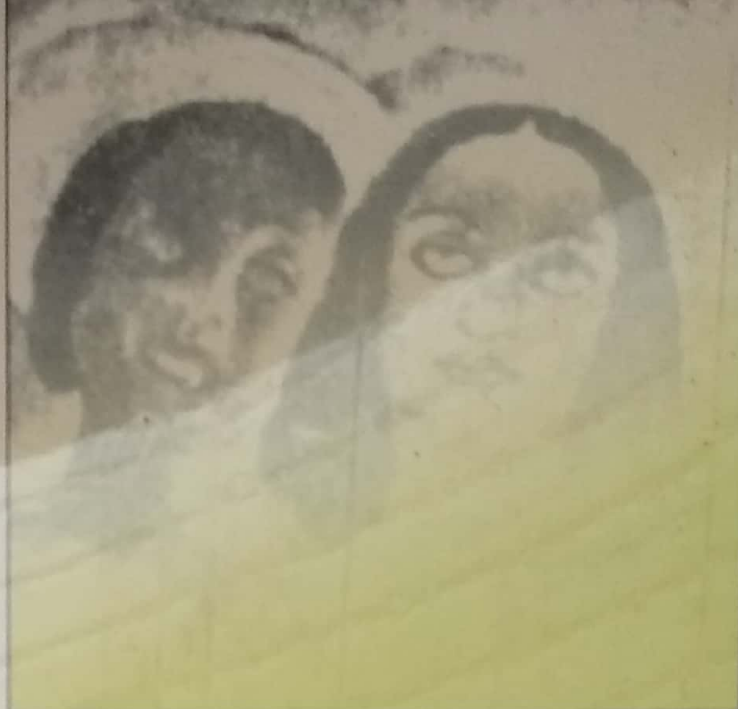


ELEMENTOS
PARA UMA
DISCUSSÃO
NO CAMPO
APLICADO



LÍNGUA (GEM) E IDENTIDADE

INÊS SIGNORINI (ORG.)

 **FAPESP**

FAEP/UNICAMP

MERCADO
LETRAS

TRATAMENTO EDUCAÇÃO E

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)
 DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD) - SÃO PAULO, SP, BRASIL

Este documento é de propriedade do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do IPD. O uso não autorizado deste documento é considerado uma violação das leis de direitos autorais e pode resultar em ações legais. O IPD não se responsabiliza por danos ou prejuízos de qualquer natureza decorrentes do uso deste documento.

Este documento é de propriedade do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do IPD.

Este documento é de propriedade do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do IPD.

Este documento é de propriedade do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do IPD.

Este documento é de propriedade do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do IPD.

Este documento é de propriedade do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do IPD.

Este documento é de propriedade do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do IPD.

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)

1998

Este documento é de propriedade do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do IPD.

REPRODUTIVO DE MATERIAIS DE ACERVO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (IPD)

Apresentação 7

PARTI I
 IDENTIDADE E INTERCULTURALIDADE: QUESTÕES E PERSPECTIVAS

1. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração (atual)?
 Kauravil Rajagopalan (Tradução de Almir Pinheiro) 21
2. Linguagem, interculturalidade, identidade e movimento:
 uma abordagem teórica
 Miriam Chauderman 47
3. Étnia, identidade e língua
 Jacob L. Mey (Tradução de Maria da Glória de Moraes) 69
4. Relatos de migrantes: questionando as noções de
 perda de identidade e desenraizamento
 Maura Penna 89

PARTI II
 IDENTIDADE E COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL

1. Sendo índio em português:
 Teresa Machado Maher 119
2. (Des)construindo bordas e fronteiras: testamento
 e identidade racial
 Inês Signorini 139

1. O CONCEITO DE IDENTIDADE EM
LINGÜÍSTICA: É CHEGADA A HORA
PARA UMA RECONSIDERAÇÃO RADICAL?*

Kanavillil Rajagopalan

*... todos falamos tão livremente de língua, ou línguas,
que tendemos a esquecer que essas coisas não existem
no mundo real; o que existe são apenas pessoas e seus
diversos produtos acústicos e escritos. Esse ponto,
óbvio em si mesmo, é no entanto fácil de esquecer...*

Donald Davidson, *A segunda pessoa*, ms. Biblioteca
Howison, Universidade da Califórnia, Berkeley.

Chavões muitas vezes servem para ilustrar. Começemos então
com um chavão. É o seguinte:

Uma pessoa que conhece uma língua domina um sistema de
regras que, de um modo definido, atribui som e significado a
uma classe infinita de frases... Naturalmente, a pessoa que
conhece a língua não tem consciência de ter dominado essas
regras ou de estar fazendo uso delas, nem há razão alguma para
supor que o conhecimento das regras possa tornar-se consciente.

* Tradução de Almiro Pisetta.

Passagens como essa de Chomsky (1972: 103-4) nos são tão familiares que raramente ficamos espantados ante a maneira completamente fortuita na qual o autor se refere a “uma língua” e a “uma pessoa que conhece uma língua” — porque, como veremos, esses são termos cujos contornos conceituais são extremamente nebulosos e imprecisos, especialmente em seu sentido ordinário, não-genérico e não-abstrato, que aquele no qual os leigos, em contraposição aos lingüistas, estão mais propensos a pensar quando encontram essas expressões.¹

Chomsky, no entanto, está simplesmente seguindo uma tradição com bases muito sólidas na lingüística teórica. De fato, sucessivas gerações de lingüistas quase nunca deram qualquer sinal de estar minimamente perturbados com esse truismo um tanto embaraçoso de que, após anos de pesquisa, os lingüistas ainda não apresentaram uma definição satisfatória, que utilizasse apenas critérios lingüísticos, do que seja “uma língua” (em oposição a “língua” — sem a anteposição de um artigo) (cf. Harris, 1981). Ao contrário, eles geralmente se dão por satisfeitos com alguma vaga definição geopolítica — alguma coisa como “por ‘língua x’ nós queremos dizer a língua que o povo fala em tal país ou província ou seja lá o que for”.

Dispondo dessa definição desleixada, tosca mas eficaz, de “uma língua”, o típico lingüista teórico passa a tratar daquilo para o que, na sua opinião, está mais bem equipado: “língua”. Lembrando o famoso argumento de Saussure, “tomada como um todo, a fala é multi-facetada e heterogênea... não podemos encaixá-la em nenhuma categoria de fatos humanos, pois não podemos descobrir a sua unidade. A língua, pelo contrário, é um todo auto-contido e um princípio de classificação” (Saussure, 1959: 8). Note-se que aquilo que contrasta com o “todo auto-contido” é a fala (*langage*), e aquilo

1. Este trabalho é uma versão bastante revisada e expandida, preparada a partir de notas usadas para uma palestra no Departamento de Lingüística Aplicada da Unicamp, no dia 28 de março de 1994. Muitas idéias contidas neste trabalho são resultados parciais de um projeto de pesquisa em andamento financiado pelo CNPq (nº 306151/88-0).

que se afirma ser desse modo delineado é “língua”, não “uma língua” em seu sentido não-genérico, individualizante. Sapir (1921: 206) segue os mesmos passos quando observa: “A língua é o mais auto-contido, o mais resistente de todos os fenômenos sociais. É mais fácil eliminá-la do que desintegrar-lhe a forma individual.” Se Saussure e Sapir se referem a língua no sentido genérico, para Chomsky “língua” é um substantivo abstrato não pluralizável e a maior preocupação dele está em “restringir a lingüística à busca de universais e definir propriedades” (cf. Householder, 1971: 2). Ferguson e Gumperz (1960: 2) analisaram a situação da seguinte maneira:

...a maioria das definições de língua em voga entre os lingüistas hoje está mais preocupada em separar o comportamento de fala de outras atividades humanas ou em separar sistemas lingüísticos de outros sistemas semióticos do que em definir os limites de línguas isoladas.

Há alguns autores que tratam do assunto procedendo como se fossem falar de línguas em seu sentido concreto, em vez de “língua” em seu sentido genérico ou abstrato. Mas depois de colocar o problema, mudam de assunto repentinamente, como atesta a seguinte observação de Moulton (1969: 4):

A lingüística é o ramo do conhecimento que estuda as línguas de todas e quaisquer sociedades; como cada língua está construída; como varia através do espaço e muda através do tempo; como se relaciona com outras línguas; como é usada pelos falantes. Fundamental para todos os ramos da lingüística é a pergunta básica: O que é língua?

É de se prever que a situação seja muito semelhante quando se trata de distinguir entre categorias conceituais nebulosas como “língua” e “dialeto”. “Qual é exatamente a diferença,” pergunta Mario Pei (1965: 47), “entre uma língua e um dialeto?” “Até mesmo os lingüistas se absterem de responder,” continua o autor, “e com razão. Quando uma língua é submetida a uma análise de microscópio, percebe-se que é infinitamente diversificada.”

Críterios formais e funcionais (e portanto "puramente lingüísticos") tais como semelhanças estruturais e inteligibilidade mútua mostram-se, como se sabe, lamentavelmente insuficientes quando se trata de distinguir uma língua de outra, especialmente se elas forem faladas em áreas geograficamente contíguas ou, pior ainda, em áreas indiscriminadamente disseminadas uma na outra. Um único exemplo deveria ilustrar adequadamente esse caso. O hindi e o urdu são tão semelhantes em sua estrutura — e, sob muitos aspectos, idênticos — que alguns lingüistas da Índia e do Paquistão vêm há algum tempo propondo ardorosamente a idéia de postular uma única língua subjacente chamada "hirdu" — uma hipótese fadada desde o início a ser rejeitada por razões políticas, não importando o quanto sejam convincentes os argumentos lingüísticos a seu favor — por causa das animosidades religiosas que durante séculos legitimaram a distinção nominal e por sua vez foram oficialmente reconhecidas por ela. Nas palavras de Gumperz e Wilson (1971: 166 n.), o hindi e o urdu "são distintos política e culturalmente... mas quase idênticos do ponto de vista lingüístico." Quanto à inteligibilidade mútua, Swadesh (1972: 14) notou que falantes das duas línguas "conseguem entender-se com pouca dificuldade. Seus problemas nesse caso são menores do que aqueles encontrados por dois italianos, um falando a variante vêneta e o outro a napolitana". Assim, é perfeitamente possível encontrar, digamos, nos arredores de Nova Delhi, dois homens tranquilamente sentados sob uma figueira-da-índia e entretidos numa conversa animada, os quais, ao serem interrompidos pelo nosso sempre curioso lingüista atuando em pesquisa de campo e solicitados a identificarem a língua que estavam falando, irão apesar de tudo divergir radicalmente um do outro, um insistindo que estivera falando hindi o tempo inteiro e o outro igualmente taxativo em sua afirmação de que fala urdu. O hindi e o urdu são, pelas explicações oficiais, duas línguas distintas. Manuais básicos que tratam das línguas do mundo informam que o hindi é falado na Índia e num punhado de outros países como as ilhas Maurício, Fiji, Trinidad, Suriname e Guiana, ao passo que o urdu é a língua nacional do Paquistão. A diferença entre essas línguas não é lingüística; é religiosa e geopolítica.

É também o caso do hindi e do urdu não constitui uma exceção a uma regra sob outros aspectos bem comportada. Como os lingüistas há muito tempo perceberam, para seu grande embaraço, enquanto o conceito de "a língua" pode ser explicado de modo formal ou funcional, em termos behaviorísticos ou mentalistas ou em termos de qualquer uma das outras conhecidas oposições binárias cujas discussões lhes toma uma parte enorme do tempo, o conceito de "uma língua" apenas faz sentido quando entendido como sendo geopolítico.

O conceito de "uma pessoa que conhece uma língua" não é menos problemático. Os lingüistas, como os leigos, freqüentemente se referem a "falantes da língua x" como se não houvesse nenhum problema de qualquer espécie para decidir quem pertence e quem não pertence ao grupo que eles assim pretendem identificar e discriminar. Mas, como os contornos de "uma comunidade de fala" e conseqüentemente do que gostaríamos de ver designado sem ambigüidade pelo uso da expressão "uma língua", o termo "um falante de uma língua" também se revela, num exame mais cuidadoso, extremamente problemático. Porque acontece que "um falante-ouvinte ideal numa comunidade de fala completamente homogênea... [e tudo o mais]..." (Chomsky, 1965: 3) é apenas isso: ideal. Os homens e mulheres reais que caminham sobre a face da terra estão muito distantes daquele ideal. Yngve (1971: 30) expressa seu descontentamento da seguinte forma: "A maioria dos lingüistas habitualmente desvia os olhos como se tivesse vergonha de olhar para as pessoas reais, ou como se julgasse que não é muito elegante e digno fazer isso." "O enfoque do pluralismo lingüístico como um fenômeno social," diz Pandit (1975: 177), "se torna mais significativo quando levamos em conta o fato de que a maior parte dos seres humanos pertence a comunidades lingüisticamente pluralistas." O seguinte estudo de caso relatado por Pandit (*ibid.*) é altamente instrutivo nesse contexto:

Uma criança criada num meio multilíngüe aprende muito cedo (entre a idade de dois e três anos) que língua usar com quem e quando. Considere-se uma situação (que é verdadeira e muito comum em Delhi) na qual os pais têm línguas

maternas diferentes: o pai fala panjabi e a mãe inglês; a mãe, que é estrangeira (proveniente de uma comunidade monolíngue), fala apenas inglês. O pai, que é escolarizado, fala panjabi, hindustani e inglês; a língua usada com os serviços da casa é o hindustani; os pais conversam entre si em inglês; as visitas, se se tratar de parentes da família, passarão consistentemente do panjabi para o inglês e vice-versa; os grupos de colegas do filho usam o hindustani na idade mais tenra; o inglês será acrescentado quando o grupo atingir a idade escolar, numa comunidade cosmopolita, porque a maioria das crianças frequentam escolas de língua inglesa (nesse caso, a comunidade é o *campus* universitário).

Evidentemente, falar de "um ou [de] o falante de uma língua" num caso como o descrito acima é criar uma ficção referencialmente útil. Na realidade, parece que o que temos é um indivíduo composto ou, melhor ainda, um indivíduo proteiforme cujas reivindicações de ser um falante desta língua e não daquela se baseiam sobretudo em certos fatores como lealdade lingüística que, por sua vez, tem a ver com a possível simpatia do indivíduo em questão por um dos vários partidos políticos sectários ou nacionalistas, com a intensidade de sua identificação com este ou aquele grupo religioso etc.²

O que a discussão até aqui revela é que a lingüística, desde a sua estréia como ciência moderna, tomou a questão da identidade como uma questão pacífica, tanto no caso da identidade de uma língua quanto no caso da identidade do falante de uma língua. A única

2. A própria descrição que Pandit faz de seu caso específico é problemática. Numa situação constitutivamente multilíngue como a que ele observa, fica difícil ver sentido em "a mãe, uma estrangeira (proveniente de uma sociedade monolíngue), fala apenas inglês". Se isso for de fato verdade, a mulher em questão é uma pessoa socialmente incapacitada. Por outro lado, se ela obtiver algum êxito no seu processo de aculturação ao estilo de vida da classe média de Delhi, então já não será verdade que ela "fala apenas inglês". Deixando de lado o fato de que o inglês que ela fala já não é mais o que ela costumava falar como um dos membros de uma "sociedade monolíngue", a falante em questão deve ter perdido sua "inocência monolíngue" graças ao contato com a cultura "estrangeira" que a acolheu.

diferença nesse ponto entre Chomsky e seus predecessores, os assim chamados lingüistas estruturalistas, é que enquanto Chomsky achava perfeitamente normal que o teórico coletasse os dados de que precisava introspectivamente, isto é, usando a si mesmo como informante nativo, os estruturalistas como Bloomfield acharam melhor e cientificamente mais seguro não analisar a própria fala, recomendando que numa situação ideal o lingüista de campo e o informante nativo deveriam ser duas pessoas diferentes. R. A. Robins (1964: 364) formulou sucintamente a posição estruturalista nessa questão, ao escrever: "O informante... é uma parte familiar e necessária do estudo de qualquer língua viva. O informante não é um professor nem um lingüista; é simplesmente um falante nativo da língua." O posicionamento gerativista chomskyano está resumido na seguinte observação de Morris Halle: "Uma descrição científica completa de uma língua deve perseguir sobretudo um objetivo: precisar e explicitar a habilidade do falante nativo de produzir elocuições naquela língua" (Halle, 1962: 64). Um exame cuidadoso revela que a única diferença entre as duas posições consiste numa omissão: Halle exclui de sua observação a crucial injunção estruturalista de confiar os papéis do lingüista e do informante a pessoas diferentes sempre que possível, permitindo assim a possibilidade de que o lingüista seja tranquilamente seu próprio informante. Mas mesmo aqui houve uma nítida preocupação de manter separados e distintos os dois papéis, o do lingüista e o do informante, e de certificar-se de que eles não se confundissem. Chomsky expressou essa preocupação logo no início de sua carreira quando disse que uma gramática genuinamente científica "tenta especificar o que o falante realmente conhece, não o que ele possa relatar a respeito de seu conhecimento" (Chomsky, 1965: 8), deixando claro que o direito de emitir pareceres metalingüísticos deve ser de preferência reservado como prerrogativa exclusiva do lingüista *qua* perito profissional no assunto (isto é, o lingüista *qua* lingüista), deixando para o informante (e isso inclui o lingüista *qua* informante de si mesmo) a tarefa mais trivial e menos responsável de apresentar dados autênticos e relevantes para a análise do lingüista. A observação de Chomsky tem uma surpreendente semelhança com

o processo estabelecido por Bloomfield uns vinte anos antes, no sentido de que aquilo que um informante nativo disser em sua língua não deveria de forma alguma ser confundido com aquilo que o mesmo informante possa ocasionalmente sentir-se tentado a dizer sobre sua língua (cf. Bloomfield, 1934).

Assim, na lingüística estrutural americana pré-chomskyana, o falante de uma língua é tipicamente considerado como uma pessoa plenamente auto-suficiente no que se refere aos propósitos da ciência lingüística. Ele conhece sua língua, na verdade é a autoridade suprema no assunto. Ele afinal é capaz de dizer, como Chomsky iria insistir mais tarde, "todas e apenas as frases gramaticais" que pertencem à sua língua". (É verdade que, com Chomsky, o centro de gravidade deslocou-se para o ideal nativo, mas quando os primeiros chomskyanos disseram coisas como "Um falante nativo de uma língua sabe que... Portanto uma gramática adequada deve dar conta do fato", eles estavam com toda a probabilidade referindo-se a um falante genérico, alguém empiricamente mais concreto do que a versão abstrata, idealizada, contemplada pela teoria). Além disso, as elocuições que ele produz em sua língua são todas, por definição, autênticas — isso é o que o torna o falante nativo daquela língua. O nativo nunca erra. (Há nisso algo espantosamente supra-humano — é o que se poderia chamar de a apoteose do falante nativo em lingüística.)

Existe também a idéia do falante nativo como uma espécie de "bom selvagem" lingüístico, que está implícita em alguns pressupostos básicos da lingüística teórica. Isso se torna bem evidente em muitas das recomendações práticas que os lingüistas frequentemente fazem a respeito da política da língua, do ensino de língua etc. A literatura está repleta desses capciosos *slogans* como "Deixe sua língua em paz!" (Hall, 1950), "Tire as mãos do inglês pidgin" (Hall, 1955), "Não foi isso que eu quis dizer: como o estilo conversacional cria e rompe relacionamentos" (Tannen, 1986) etc. usados como títulos de trabalhos acadêmicos que, sem surpresa alguma, são sucessos de vendas como verdadeiros *best-sellers*. A idéia de que a inocência nativa do falante nativo deve ser preservada a qualquer

custo é patente, por exemplo, na seguinte observação de Antilla (1972: 269, citada em Contee, 1981: 92).

Uma vez que você tem um instrumento lingüístico, você consegue um nativo nativo de falante nativo, e você não pode escrever uma gramática que separe o ponto de vista psicológico para um falante nativo. Os lingüistas não são falantes nativos quanto escrevem gramáticas.

A principal preocupação de Antilla é desafiar a prática generativista do lingüista que estuda suas próprias intuições como um falante nativo de sua língua, o fica claro que ele apóia a opção estruturalista de estudar as línguas de outros povos. Mas não é difícil perceber por trás de sua afirmação o mesmo sentimento de inorgulhável reverência para com o nativo, bem como a sensação crescente de auto-reprovação por "invadir" um espaço alheio onde ele simplesmente não deveria estar, sensação que sistematicamente atormentava o antropólogo estruturalista da primeira metade do nosso século.

A identidade do indivíduo falante ocupa assim uma posição central na construção da teoria lingüística. O próprio conceito de indivíduo é fiel à sua etimologia. Um indivíduo é invariavelmente concebido como um eu individual e indivisível (ele é ou categoricamente não é um falante nativo de uma língua — não havendo provisão para graus de natividade). Também do ponto de vista ontogenético, um indivíduo torna-se um falante de uma língua totalmente maduro assim que tiver atingido certa idade. As crianças não contam, são como larvas, objetos de curiosidade, interessantes apenas na medida em que podem ajudar a perceber melhor os que são lingüisticamente adultos. Essa tese foi na verdade reiterada por Chomsky num trabalho recente (Chomsky, 1995), em que o autor levanta a questão acerca da propriedade de considerar sua neta de quatro anos uma falante nativa do inglês no sentido genuíno do termo. Segundo Chomsky, há pouco espaço para qualquer indecisão nesse ponto — o que a criança fala, se é que realmente se pode chamar de uma língua... está muito distante da língua inglesa. Na frente filogenética, a situação também

não é muito diferente. Os macacos e os membros de outras ordens inferiores do reino animal nada têm a nos ensinar acerca dos mistérios da faculdade da língua humana; pois a língua é inteiramente específica da espécie homem. Do ponto de vista evolucionário, portanto, a língua foi adquirida, por assim dizer, instantaneamente — (o primeiro *homo loquens* deve ter tido uma infância traumática por não ter podido falar “de homem para homem” com seu pai!) O falante nativo individual é, no âmbito da lingüística, uma entidade plenamente totalizada, além de ser, como já vimos, pura, incorruptível, autêntica e estável.

Não é difícil rastrear a genealogia do falante nativo na lingüística moderna. Por trás do conceito do falante nativo na lingüística está a invenção do século XVIII chamada “indivíduo”. Como ressaltam Goldstein e Rayner (1994), no começo do período moderno o conceito de “identidade” começou a ser visto cada vez mais em termos essencialistas. O indivíduo era, desse momento em diante, um eu constituído de forma única, cuja realização suprema — aquela que, na visão de Kant, no fim prepararia o caminho da emancipação daquele indivíduo — foi a auto-consciência cartesiana. Taylor (1992: 25 e ss.) observa como a emergência desse novo indivíduo aconteceu em marcante contraste com o conceito anterior, típico do feudalismo e do período medieval, que via o indivíduo como sendo definido por um *status* atribuído socialmente. Segundo Taylor, numa sociedade sem uma hierarquia estrita, imposta socialmente, o problema da identidade tornou-se mais sério do que nunca em épocas anteriores, pela simples razão de que a pergunta “Quem sou eu?” já não podia ser respondida de improviso.

No auge da lingüística estrutural americana — quando o famoso “lingüista da selva” de Quíne dominava o campo — o lingüista estava no fundo tentando entender a si mesmo e determinar sua própria identidade, tomando o nativo como seu “objeto” de estudo. Sua conduta profissional era marcada por um medo quase místico de “contaminação” pelo contato excessivo com o nativo (muitas vezes expresso inversamente como o dever moral de não contaminar o nativo, mas sim preservar-lhe a preciosa identidade de

“bom selvagem”, ainda não corrompido pela civilização ocidental, aqui representada pelo lingüista). No mínimo, essa é uma maneira de entender o memorável conselho de Bloomfield (discutido anteriormente) de não confundir os níveis — aquele do nativo, de quem se espera o fornecimento de dados e aquele do investigador autorizado a fornecer a análise científica daqueles dados. “O papel do lingüista nessa situação,” diz ele (Bloomfield, 1944: 49), “é observar.” Se os estruturalistas buscaram o nativo “incivilizado” a fim de assegurar-se de sua própria identidade incerta, os chomskyanos sentiram-se mais que felizes por poder olhar para dentro de si mesmos a fim de esmiuçar sua identidade última. Com certeza, esse é um dos traços distintivos que faz da “Lingüística Gerativa” um empreendimento verdadeiramente cartesiano. A observação de Chomsky de que uma gramática realmente científica “tenta especificar o que o falante *de fato* conhece, não o que ela possa relatar sobre seu conhecimento” (ênfase acrescentada) (Chomsky, 1965: 8) é particularmente reveladora a esse respeito. Pois, que modo mais eficaz haveria para alguém certificar-se de que aquilo que se especificou é aquilo que o nativo de fato conhece do que intuindo os fatos relevantes, isto é, usando a si mesmo como um informante nativo, em vez de esperar inferir esses fatos do comportamento de estranhos?

Mas a observação de Chomsky também aponta para a profunda convicção de que a auto-consciência em questões lingüísticas é a prerrogativa do lingüista, e isso significa que ele é quem segue a orientação teórica certa, a saber, a sua. A idéia portanto não é que a auto-consciência lingüística seja algo a que qualquer Zé, Juca e João pode aspirar; em vez disso, a idéia de Chomsky preconiza que, armado com a teoria certa, um lingüista teoricamente pode esperar atingir aquele estado de auto-consciência, o objetivo supremo estabelecido por Descartes para a investigação racional. A lingüística é uma investigação racional na medida em que torna a auto-consciência efetivamente possível, e o lingüista *qua* lingüista é qualitativamente diferente do lingüista *qua* falante nativo comum. Uma implicação importante da visão de Chomsky — e nesse ponto ele é cem por cento

...que não há região da mente do nativo que em princípio seja inacessível ao escrutínio introspectivo. De fato, a proposição do *linguista* Anthony Flew (1971: 282) escreveu:

Sendo que pela sua explicação eu sou uma mente e sendo que também se afirma que a essência — a característica definidora — da mente é pensar, o que aqui significa dizer estar consciente, deve-se concluir que para um cartesiano mente e consciência é uma expressão contraditória.

Note-se que linguistas como Voloshinov e Bakhtin, que professam uma abordagem marxista da língua e da lingüística, e que portanto rejeitam a idéia de um indivíduo tendo uma existência inicial e primária (da qual se devem derivar outras categorias coletivas), mantêm todavia o conceito cartesiano de um indivíduo individualizado, bem como a idéia de que parte alguma da consciência de um indivíduo é tecnicamente inacessível à introspecção. Assim, mesmo quando expressa sua total insatisfação com as abordagens da língua que, seguindo o exemplo de Wilhelm von Humboldt, consideram o sujeito individual como a fonte da língua (Voloshinov, 1973), Bakhtin não faz nenhum esforço para questionar a integridade putativa do sujeito da linguagem. Ao contrário, a responsabilidade da explicação é deslocada do indivíduo (pessoal, subjetivo) para uma identidade coletiva chamada classe social. Jacob Mey (1981: 75) explicita a lógica por trás disso quando diz:

... não há nada "nascido" na habilidade de falar. Na melhor das hipóteses, o acontecimento físico do nascimento é importante só porque marca o começo de uma possível socialização. A socialização, porém, não é um acontecimento abstrato. É um processo que ocorre numa sociedade concreta.

Em outras palavras, o falante é real e importante apenas na medida em que é um ser social. Para Mey, como também para Bakhtin e Voloshinov, a condição social de um falante é uma parte essencial de sua naturalidade: "Para os seres humanos, é natural ser social. A natureza deles é a sociedade" (*ibid.*). A identidade do indivíduo

falante que estaria plenamente socializado da língua é ainda entendida em termos essencialistas. Isso está muito de acordo com o espírito de Marx para quem, nas palavras de Flew (1971: 476) "a espécie parece vir antes do que os indivíduos de carne e osso e ser mais real do que eles". A principal queixa de Bakhtin contra o que ele chama de "objetivismo abstrato" (rejeitado por ele com a mesma vociferância com que rejeita o "subjetivismo individualista" humboldtiano) está contida na seguinte observação (Voloshinov, 1973: 66):

De um um ponto de vista realmente objetivo, que tenta ver a língua de uma forma totalmente dissociada de como ela se afigura a qualquer indivíduo determinado em qualquer momento específico do tempo, a língua representa a imagem de um incessante fluir de vir-a-ser. Do ponto de vista da observação de uma língua de um modo objetivo, do alto, não há nenhum momento real do tempo em que um sistema sincrónico de linguagem pudesse ser construído.

Note-se que a insatisfação de Bakhtin com a lingüística saussureana está relacionada com o fato de que ela não dá a devida atenção ao indivíduo concreto localizado no tempo e no espaço. Para Bakhtin, o estruturalismo não tem por objeto a língua real, porque a língua real é aquilo que falam os homens e as mulheres reais. E os homens e as mulheres reais são, como diz Mey, indivíduos socializados. "A lingüística estuda uma língua viva como se fosse uma língua morta e uma língua nativa como se fosse uma língua estrangeira." (Voloshinov, 1973: 77n). No entanto, nem todas as coletividades são igualmente "naturais". A idéia de "nacionalidade" é uma dessas idéias. Desse modo, argumenta, ele cita uma passagem de *A origem da língua* de Marx, em que o principal linguista marxista da época (antes de ser "liberado" de seu posto pelo próprio Stalin) ataca todo o conceito de uma "língua nacional", insistindo que "a língua ecumênica, sem distinção de classe, continua sendo uma ficção" (*ibid.*).

Gostaria de esclarecer a esta altura o que é que não estou dizendo. Não estou dizendo que redefinindo o falante em termos concretos como um ser social, aqueles linguistas que professam uma

orientação amplamente marxista conseguem apenas mudar o foco de atenção. De fato, o estudo da língua tem muito a lucrar com abordagens que consideram os falantes nativos não como "mônadas" isoladas, mas como participantes numa rede socialmente definida de relacionamentos, que são reais pelo fato de os laços sociais que os mantêm unidos serem concretos. O que estou dizendo aqui é que ao insistir na "sociedade naturalizante" e não na "natureza socializante" (se o objetivo é trazer o aspecto social para o centro do palco, a segunda alternativa pode muito bem executar a tarefa e, pelo que se sabe, de modo muito mais eficaz), as assim chamadas abordagens marxistas da língua revelam a presença de certo essencialismo residual, apesar de sua franca rejeição do idealismo platônico e da tão propalada preferência pela existência em relação à essência. (Esse tópico será retomado mais adiante.)

Firth (1987: 180) concorda com a crítica russa da lingüística saussureana como um "estruturalismo mecânico e estático" e se esforça para promover o conceito de "contexto da situação" da escola de Londres, originariamente desenvolvido por Malinowski. Em seguida, porém, ele reluta em acompanhar até o fim os lingüistas soviéticos de seu tempo, especialmente, e isso é interessante, na questão de saber quem é o sujeito real da linguagem. Aqui está uma passagem altamente sugestiva:

O maior filólogo inglês do século XIX foi, a meu ver, o foneticista de Oxford, Sweet. Ele nunca se cansava de afirmar que a língua existia apenas no indivíduo. Outros diziam que todos os elementos essenciais da lingüística podem ser estudados na língua operando entre duas pessoas. Não estou apoiando nenhuma teoria da "existência", e devemos abandonar o indivíduo e olhar para o desenvolvimento e continuidade da personalidade nascida da natureza e desenvolvida na educação. A língua faz parte da criação e parte da personalidade.

Deve-se dar crédito a Firth por ter enfatizado que há muito pouco a lucrar com a ponderação da identidade do indivíduo isolado

de seu contexto e situação. Mas o espírito naturalizador está ainda muito presente. Pois para que serve o "contexto da situação" se não for para fixar a identidade do usuário da língua — sua personalidade — em termos supostamente mais realistas? Anos mais tarde, o filósofo J. L. Austin iria expressar uma preocupação semelhante nos seguintes termos: "O ato de fala total na situação de fala total é o único fenômeno real que, em última instância, estamos empenhados em elucidar" (Austin, 1962: 148). O que Firth e Austin, e na verdade inúmeros outros antes e depois deles, não levaram em conta é que o contexto não tem limites. Qualquer coisa que se possa dizer sobre o contexto é imediatamente incorporada àquele contexto. Isso significa que o contexto é simplesmente interminável. Nas palavras de Derrida (1979: 81), "... nenhum significado pode ser determinado fora do contexto, mas nenhum contexto permite saturação". A esperança ilusória de que o contexto possa ser saturado, na verdade contido, domesticado e tornado tratável para análise segundo métodos convencionais é provavelmente responsável pela plethora de novas teorias na área, proclamando o funcionalismo como a única via para a salvação.

Todavia, deve-se aceitar que o deslocamento da ênfase do indivíduo para a personalidade mostra uma consciência clara da parte de Firth de que o conceito de identidade necessariamente levanta um batalhão de outros conceitos, entre os quais se destaca o dos interesses. Como argumentam Goldstein e Rayner (1994: 367), a própria distinção entre identidade e interesses está enraizada no conceito de "autenticidade". De fato, a idéia de "autenticidade" acaba se revelando como o único tema comum por trás do "bom selvagem" de Rousseau, do "falante-ouvinte ideal" de Chomsky, das "pessoas reais" de Yngve, do "usuário real da língua" de Bakhtin e do "único fenômeno real" de Austin. O que se busca, em todos esses casos, é o verdadeiro nativo na plenitude de sua autenticidade.

Que os interesses desempenham um papel importante na determinação de identidades fica claro a partir do destino dos teóricos marxistas soviéticos nas mãos de Stalin. Note-se, em primeiro lugar, que a idéia de que a gramática de uma língua é uma superestrutura

está perfeitamente de acordo com o pensamento marxista ortodoxo. Nas palavras de Newmeyer (1986: 115), "a teoria plenamente desenvolvida de Marr, o 'estadialismo', argumentava que as revoluções econômicas (no sentido marxista) produzem revoluções lingüísticas". Que tais visões ainda são populares entre marxistas contemporâneos fica evidente ante a seguinte observação do lingüista marxista da Alemanha Ocidental, Max K. Adler (1980: 56-7, *apud* Newmeyer, 1986: 112):

Quando se trata da estrutura de classe de uma língua, um marxista deveria necessariamente aceitar [essa idéia]... Existe no mínimo alguma evidência de que a fala da classe operária difere daquela da classe média e das classes altas, e também há diferenças entre a fala da classe média e a da classe alta... Basta que observemos um exemplo gritante. Durante vários anos lingüistas americanos investigaram o que eles chamaram de "inglês dos negros". Na prática, essa língua se restringe aos negros pobres dos Estados Unidos. No momento em que um cidadão americano negro sobe na escala social e se torna um cidadão de classe média, ele muda do "inglês dos negros" para a forma culta do inglês americano... As diferenças entre a fala da classe operária e a da classe média e das classes mais altas acontecem em todas as sociedades capitalistas; em que grau essas duas formas de língua diferem entre si depende principalmente da força do antagonismo entre as classes da sociedade em questão.

A pergunta que devemos fazer é esta: Por que essa visão marxista de língua, aparentemente impecável — visão que considera a classe econômica como a base e a língua como a superestrutura — de repente desagradou a todos os poderes da então União Soviética? E a resposta é que a idéia toda ia na direção oposta à dos interesses absolutos do Estado. Naquele tempo Stalin estava preocupado em criar na Rússia uma nova noção de nacionalismo e a identidade da língua russa era para ele de suma importância. Que melhor prova se poderia achar para a tese de que a identidade, em última análise, está investida de ideologia?

A política da identidade talvez não apareça em parte alguma de forma mais evidente do que no estudo de pidgins e crioulos. De fato, toda a história da pesquisa nessa área está cheia de exemplos que evidenciam a ligação entre identidade e interesses. Em primeiro lugar, o próprio conceito de língua crioula está baseado no conceito de identidade. Segundo sua caracterização normal na literatura da área, uma língua crioula é um pidgin "nativizado", e o que faz do pidgin uma "língua" instável, transitória (ou, mais apropriadamente, uma "língua em potencial") é o fato de ainda não ter adquirido, na opinião de muitos, uma identidade plenamente desenvolvida. Creditou-se a Labov a definição de crioulo como sendo "um pidgin que conseguiu falantes nativos" (cf. Sankoff, 1980: 197). Uma visada rápida pela história da pesquisa de línguas pidgins e crioulas mostra como diferentes interesses e, portanto, atitudes mutáveis em relação à noção de identidade foram conceitualizados através dos anos (cf. Decamp, 1971).

Temos informações de que nas primeiras abordagens os pidgins foram considerados como sendo basicamente "línguas de contato" — línguas "mínimas" ou "provisórias", como as chamou Jaspersen (1922). Depois apareceu Hjemlev (1939) e inverteu o julgamento de valor, dizendo que os pidgins eram línguas no sentido "máximo" ao invés de no sentido "mínimo" (claramente, Hjemlev agia baseado no pressuposto de que a identidade é em parte uma função de interesses — afinal, diria ele, ninguém esperaria que um falante de pidgin quisesse discutir física nuclear ou engenharia genética em pidgin; o pidgin está aí para que seus falantes discutam assuntos pidgins — e é extremamente adequado, na verdade perfeitamente suficiente, para esse propósito.). Bloomfield (1933: 472-5) desenvolveu a teoria da *baby talk*: o falante da língua padrão imitaria de forma condescendente e muitas vezes com desprezo a desesperada tentativa do nativo de se comunicar. É interessante notar como a teoria da "fala do bebê" de Bloomfield se assemelha à tendência geral da lingüística teórica, discutida anteriormente, de salvaguardar a identidade da língua mediante um processo de "poda" ontogenética e filogenética. Crianças e macacos não contam, pois não satisfazem

em critérios de identidade estabelecidos para serem aceitos como assuntos teoricamente interessantes. Da mesma forma, os falantes de pidgins também não contam — embora sendo adultos e humanos, suas identidades como usuários de uma língua são insubversíveis. Assim os pidgins devem ser marginalizados em função dos interesses da linguística da classe dominante. Um exame superficial da literatura sobre as linguagens dos surdo-mudos revela como a mesma solução se repete: a linguística se sente ameaçada por todos esses fenômenos que de algum modo não se encaixam em seu acalento modelo de identidade pura, perfeita e plenamente totalizada. A estratégia tem sido relegar todos esses fenômenos a um plano secundário, para que eventualmente sejam tratados como uma questão de simples curiosidade e examinados em termos de como, na qualidade de substitutos defectivos, eles divergem dos casos puros, normais.

Como se podia prever, a teoria da *baby talk* foi substituída pela assim chamada "teoria da poligênese" que afirmava que os pidgins eram também uma criação dos falantes de língua "padrão". Robert Hall Jr., um de seus principais advogados, (cf. Hall, 1953), argumentava que os crioulos evoluíram dos pidgins e (quem sabe, com um pouco de sorte) talvez se transformem em "línguas normais" — completando assim um ciclo vital (note-se que essa nova explicação teleológica ainda carrega consigo a idéia de maturação, de uma identidade plenamente desenvolvida como sendo a ordem natural das coisas.).

A "teoria poligenética" não estava destinada a dominar o cenário por muito tempo. Whinnom (1968) introduziu a teoria da "hibridização lingüística". Os pidgins de hoje, segundo Whinnom, não são falados primeiramente pelos falantes de línguas-padrão, mas por nativos que não compartilham uma língua comum entre si. Em outras palavras, com Whinnom o multilingüismo tornou-se o ambiente ideal para a procriação de pidgins e crioulos. Assim, casos como o da manutenção prolongada do inglês como a língua oficial crioula em nações pós-coloniais multilingües, tais quais a Índia e a Nigéria, tornaram-se candidatos ideais para o estudo da pidginização e da crioulação incipientes. O raciocínio por trás disso

é simples: os "inglês" falados nesses países são tão diferentes do que se esperaria ouvir na Inglaterra ou na Austrália. Como se poderia dar conta de seu estado "impuro" e volátil? Ante o ideal de uma identidade íntegra e sem mácula que resolutamente resistiu ao teste do tempo e conseguiu sobreviver inóclume através de diversas mudanças de paradigmas e revoluções que a lingüística conheceu desde seu início, há um único modo bastante simples de se lidar com esses casos "aberrantes": tratando-os, não como línguas no sentido puro, mas como línguas, por assim dizer, em formação. Qualquer outra explicação alternativa envolveria uma reconsideração do conceito tradicional de identidade estável e total. De fato, essa parece ser a única abordagem sensata quando se pondera o status de línguas realmente mundiais como o inglês e o espanhol, sobretudo no contexto de sua importância sempre crescente como línguas francas para a comunicação internacional e de sua conseqüente perda de identidades restritivas e locais — é importante notar que a língua inglesa que hoje funciona como língua franca mundial número um é língua materna de ninguém (cf. Haberland, 1989). Eu me atreveria a sugerir que o segredo da vitalidade de uma língua como o inglês é sua identidade múltipla, proteiforme.

A esta altura, porém, uma reflexão oportuna irá fatalmente convencer qualquer um de que o inglês e o espanhol apenas mostram de modo claro e inconfundível o que todas as línguas já revelam em sua própria constituição — uma tendência para a dispersão ilimitada e para a hibridização. É compreensível que isso alarme chauvinistas e puritanos obstinados, aqueles que se consideram os cães de guarda da suposta pureza de sua língua materna e o baluarte contra a possível contaminação por línguas estrangeiras. No entanto, por mais que eles queiram que as coisas sejam diferentes, as línguas vivem em constante contato uma com a outra e se "contaminam" mutuamente, constantemente criando possibilidades novas e nunca sonhadas. Como se ressaltou anteriormente, essas possibilidades radicalmente novas pedem uma reconsideração radical da própria noção de identidade.

Esse tipo de reconsideração radical é precisamente o que os estudos de caso como aquele proposto por Pandit, mencionado ante-

romance neste trabalho, parecem existir. Contrariando aquilo que os leitores do volume gostariam de acreditar, e na verdade contrariando os textos do volume dominante sempre se inclinou a imaginar, e é que a linguística dominante sempre se inclinou a imaginar, e é que a linguística dominante está longe de ser uma exceção à regra. "Seria espantosamente estranho," diz Romaine (1989: 3), "encontrar um livro inteiramente monolíngue." Todavia, é precisamente a perspectiva monolíngue que a linguística moderna toma como seu ponto de partida na discussão de problemas analíticos básicos tais como a construção de gramáticas e a natureza da competência." Muito antes de Romaine, Jakobson havia reconhecido a importância do estudo de entidades plurais quando escreveu: "O bilinguismo é para mim o problema fundamental da linguística." (Jakobson, 1953, *apud* Romaine, 1989). Referindo-se à situação multilíngue na aldeia de Kupwar, no sul da Índia, Gumperz e Wilson (1971: 165) escrevem:

Especialistas em linguística histórica bem como pesquisadores da crioulização inclinaram-se no passado a pensar em línguas-padrão como sendo básicas e a considerar línguas pidgin como um fenômeno relativamente marginal e transitório. Pelo menos no caso de Kupwar, e possivelmente no de outras partes, nossa situação sugeriria uma reversão de ênfase.

Permanece o fato, porém, de que os lingüistas até agora têm sido lentos em perceber todo o alcance das implicações do multilinguismo e do multiculturalismo. Em consequência disso, não chegaram normalmente a reconhecer que o conceito tradicional de identidade em linguística necessita de uma revisão urgente. A identidade individual como algo total e estável já não tem nenhuma utilidade prática num mundo marcado pela crescente migração de massas e pela entremesclagem cultural, religiosa e étnica, numa escala sem precedentes.

É de fato curioso que enquanto os lingüistas — peritos profissionais de língua que, como era de se esperar, deveriam estar muito atentos às radicais mudanças em curso no cenário cultural contemporâneo — continuam seu trabalho sem se preocupar com as mudanças dramáticas acontecendo bem debaixo de seu nariz, outros

profissionais não deixaram de avaliar a importância das transformações em andamento e de suas implicações para conceitos fundamentais como a "identidade", que há muito tempo fazem parte do nosso modo habitual de pensar. Um caso específico é o de Salman Rushdie, o controverso romancista inglês nascido na Índia e autor de *Versículos satânicos*, que alguns anos atrás fez a seguinte afirmação, dando muito o que pensar, enquanto respondia a acusações de blasfêmia por causa da publicação do romance (Rushdie, 1989: 4):

Através da história da humanidade, os apóstolos da pureza, aqueles que asseveraram possuir a explicação total, criaram desordem entre os simples homens misturados. Como milhões de pessoas, sou um filho bastardo da história. Talvez todos sejamos, negros, pardos e brancos, varando um no outro, como disse uma vez uma de minhas personagens, como sabores quando se cozinha.

E, referindo-se especificamente à sua maldada obra-prima (cf. Rajagopalan — no prelo — para uma discussão de como a questão da identidade acaba sendo o tema central do romance), ele observou:

Os *Versículos satânicos* celebram a hibridez, a impureza, a entremesclagem, a transformação que resulta de uma combinação nova e inesperada de seres humanos, culturas... Exulta na mestiçagem e teme o absolutismo do Puro... É uma canção viva dedicada aos nossos eus vira-latas.

Pós-escrito

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações

múltiplos. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo. Colocando essa tese na sua formulação mais radical: falar de identidade, seja do indivíduo falante seja da língua isolada, é recorrer a uma ficção conveniente — inofensiva em si mesma, mas definitivamente prejudicial quando essas considerações aparentemente evidentes se tornam a pedra fundamental de elaboradas teorias linguísticas.

Um exame da literatura sobre certos fenômenos como multilinguismo, pidgins e crioulos, linguagem de sinais etc., cuja importância a lingüística dominante tradicionalmente tende a minorar, preferindo considerá-los, na melhor das hipóteses, à margem de suas preocupações centrais, nos levará, como tentei mostrar neste trabalho, à conclusão de que uma aceitação acrítica da idéia de identidades individuais como sendo puras, íntegras e totalizadas e do postulado associado de línguas individuais como conjuntos plenamente integrados e auto-suficientes tem contribuído apenas para deformar nosso entendimento dos fenômenos em questão.

Mas, por outro lado, essa última asserção não deveria causar surpresa, uma vez que, como vimos, a própria questão da identidade está ligada à idéia de interesses e está investida de ideologia. Assim, a construção de identidades é uma operação totalmente ideológica. Não é preciso dizer que qualquer impulso para repensar a identidade também tem de ser uma resposta ideológica a uma ideologia existente e dominante. Se a sempre crescente atenção que hoje se dá a tópicos tradicionalmente considerados fora do alcance da lingüística dominante significa alguma coisa, é bem possível que seja chegada a hora para uma reconsideração radical a esse respeito.

Talvez a próxima grande revolução na lingüística resulte da constatação, por parte das teóricas, de que muitos dos incontáveis fenômenos que desafiaram as teorias contemporâneas só começaram a fazer sentido, ao que tudo indica, quando começamos a levar seriamente em conta a possibilidade de identidades proteiformes e, portanto, das identidades "vira-latas" de Russett, o que significa identidades em permanente estado de fluxo.

Referências bibliográficas

- ADLER, M. K. (1980). *Marxist linguistic theory and communist practice*. Hamburgo: Helmut Buske Verlag.
- ANTILLA, R. (1972). *An introduction to historical and comparative linguistics*. New York: Macmillan.
- AUSTIN, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press.
- BLOOMFIELD, L. (1944). Secondary and tertiary responses to language. *Language*, 20, pp. 45-55.
- CHOMSKY, N. (1965). *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge, Mass.: M.I.T. Press.
- CHOMSKY, N. (1972). *Language and mind* (enlarged edition). New York: Harcourt, Brace & Jovanovich.
- CHOMSKY, N. (1995). Language and nature. *Mind*, Vol. 104, no. 413, pp. 1-61.
- COLLMAS, F. (1981). *A festschrift for native speakers*. Hain: Mouton Publishers.
- DECAMP, D. (1971). Introduction to the study of pidgins and creole languages. In Hymes, D. (ed.) (1971). pp. 13-39.
- DERRIDA, J. (1979). Living on border lines. In Bloom et al. *Deconstruction and Criticism*. NY: Seabury. pp. 75-175.
- FERGUSON, C. A. e GUMPERZ, J. D. (1960). Linguistic diversity in South Asia. *International Journal of American Linguistics*, Vol. 26, No. 3, pp. 2-13.
- FIRTH, J. R. (1957). Personality and language in society. In *Papers in Linguistics, 1934-1951*. Oxford: OUP.
- FLEW, A. (1971). *An introduction to western philosophy*. Londres: Thames & Hudson.
- GOLDSTEIN, J. e RAYNER, J. (1994). The politics of identity in late modern society. *Theory and Society*, 23, pp. 367-384.
- GUMPERZ, J. J. e WILSON, R. (1971). Convergence and creole. In Hymes, D. (ed.) (1971). pp. 151-168.
- HABERLAND, H. (1989). Whose english, nobody's business. *Journal of Pragmatics*, Vol. 13, no. 6, pp. 927-36.
- HALL, R. Jr. (1980). *Leave your language alone*. Published by R. Hall, Jr. Ed. NY: Doubleday.

- HALL, R. Jr. (1953). Haitian creole: grammar, texts, vocabulary. American Anthropology Association. Memoir 74. Washington, D. C.
- HALL, R. Jr. (1955). *Hands off pidgin english*. Sydney: Pacific Publishers.
- HALLE, M. (1962). Phonology in generative grammar. *Word*. Vol. 18. nos. 1/2. Pp. 54-72.
- HARRIS, R. (1981). *The Language Myth*. Londres: Duckworth.
- HJEMSLEV, L. (1939). Characters grammaticaux des langues creoles. *Proceeding of the International Congress of Anthropology and Ethnology*. Copenhagen.
- HOUSEHOLDER, F. R. (1971). *Linguistic speculation*. Cambridge: CUP.
- HYMES, D. (ed.) (1971). *Pidginization and creolization of languages*. Cambridge: CUP.
- JAKOBSON, R. (1953). Results of the conference of anthropologists and linguistics. *JAL Supplement — Memoir no. 8*. Pp. 19-22.
- JASPERSEN, O. (1922). *Language: its nature, development and origin*. Londres: Allen & Unwin.
- MEY, J. (1981). Right or wrong, my native speaker. In Coulmas, F. (ed.), (1981). Pp. 69-84.
- MOULTON, W. G. (1969). The nature and history of linguistics. In A. A. Hill (ed.), (1969). *Linguistics Today*. NY: Basic Books Inc. Pp. 3-17.
- NEWMAYER, F. R. (1986). *The politics of linguistics*. Chicago: The University of Chicago Press.
- PANDIT, P. B. (1975). Linguistics and sociology. In R. Bartsch & T. Vennemann (eds.) *Linguistics and Neighbouring Disciplines*. Amsterdam: North-Holland Publishing Co.
- PEL, M. (1965). *The story of language*. Filadelfia: J. B. Lippincott Co.
- QUINE, W. (1959). Meaning and translation. In J. A. Fodor & J. J. Katz (1964). *The Structure of Language*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, Inc.
- RAJAGOPALLAN, K. (No prelo). Quando o humor azeda: o 'Episódio Rushdie' em retrospectiva. Traduzido do original inglês When humour turns sour: the 'Rushdie episode' in retrospect, por Almiro Pisetta. A ser publicado em *Estudos Avançados*. no. 26. USP.
- ROBINS, R. A. (1964). *General linguistics: an introductory survey*. Londres: Longman.
- ROMAINE, S. (1989). *Bilingualism*. Oxford: Basil & Blackwell.

- RUSHDIE, S. (1989). *In good faith*. Londres: Granta.
- SANKOFF, G. (1980). *The social life of language*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press.
- SAUSSURE, F. de (1959). *Course in general linguistics*. Londres: Peter Owen.
- SAPIR, E. (1921). *Language: an introduction to the study of speech*. NY: Harcourt, Brace & World.
- SWADESH, M. (1972). *The origin and diversification of language*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- TANNEN, D. (1986). *That's not what i meant: how conversational style makes or brakes relationships*. NY: Ballantine.
- TAYLOR, C. (1986). *Multiculturalism and "The politics of recognition": An Essay*. Princeton: Princeton University Press.
- VOLOSHINOV, V. N. (1973). *Marxism and the philosophy of language*. NY: Seminar Press.
- WHINNOM, K. (1968). Linguistics hybridization and the special status of pidgins and creoles. In Hymes (ed.), (1971). Pp. 91-116.
- YNGVE, V. H. (1971). The struggle for a theory of native speaker. In F. Coulmas (ed.), (1971). Pp. 29-50.